



Abril 2007 - Nº8

EUROPA

SUMÁRIO

Editorial

José Manuel Pureza

(Página 1)

Teoria da P@X

“O papel da OSCE na prevenção de conflitos”

Francisco Seixas da Costa

(Páginas 2 e 3)

Observatório das P@xes

(Página 4)

Estudos sobre a P@x

“UE e Colômbia: em busca de caminhos alternativos de resolução do conflito?”

Miguel Barreto

(Páginas 5 e 6)

“A Turquia e a cultura de segurança da União Europeia”

André Barrinha

(Páginas 7 a 9)

No sótão do NEP

Publicações

Actividades

Projectos

(Páginas 10 e 11)

P@X

Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza

Coordenação do Boletim P@X:

Mónica Rafael Simões e Kátia Cardoso

Edição e revisão:

Mónica Rafael Simões

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855593

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>

nep@ces.uc.pt

Editorial

Pode a Europa ser seriamente um produtor global de paz? Num sistema internacional crescentemente convocado a uma trivialização do uso da força, em que a letra e o espírito da Carta das Nações Unidas são vilipendiados ao sabor dos apetites das potências globais ou regionais, a Europa está desafiada a afirmar-se como um actor específico, portador de uma cultura política diferente.

Entre a fidelidade ao modelo de potência civil e a tentação de rivalizar com fórmulas de política externa musculadas, imitando-as, a Europa joga a identidade do seu projecto político. Mas esta não é uma opção no vazio. Há caminho andado que importa ter presente na hora da escolha. Neste número do P@x apresentamos três experiências que testemunham esse modo-de-ser específico da Europa no sistema internacional. Na relação da União Europeia com o conflito na Colômbia evidencia-se uma abordagem marcadamente diferente da do Plano Colômbia ou do Plano Patriota: o primado da solução negociada e a “diplomacia estrutural” apontada às raízes do conflito são a expressão dessa diferença. Por outro lado, o dossier da adesão da Turquia à União Europeia tem sido ensejo para vincar a vocação de estabilizador regional e de promotor do multilateralismo como elementos centrais da cultura de segurança da União. *Last but not the least*, a experiência da OSCE como plataforma alargada de diálogo internacional e como estrutura de prevenção de conflitos é também um lastro de identidade internacional em que a cultura da paz tem prevalência estratégica sobre a solução militar.

Em última análise, o que está em jogo nesta opção com que a Europa se confronta é o primado da política sobre a sua subalternização à força. “Clausewitz às avessas” poderia bem ser o lema do contributo Europeu para a afirmação de uma cultura de paz no século XXI.

José Manuel Pureza
NEP

O PAPEL DA OSCE NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS *

O período da “détente”, na fase final da Guerra Fria, representou historicamente o mais bem sucedido processo de diálogo político entre entidades nacionais, com projectos antagónicos de afirmação estratégica à escala global, num quadro de potencial conflitualidade.

Os mecanismos postos em prática em 1975, pelo Acto Final de Helsínquia, que criou a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), instituíram um ciclo de gestação de medidas geradoras de confiança que terá ajudado a que o período final da União Soviética se não saldasse por um percurso em que à ruptura se associasse a violência incontrolada. Bastará lembrar, neste contexto, o indiscutível êxito que o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa constituiu. [1]

A Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), para que a CSCE evoluiu em 1994, sofre das limitações naturais de uma estrutura que lida com questões que se ligam ao âmago da soberania dos Estados e, como não podia deixar de ser, não deixou de ser afectada pelos novos equilíbrios que a queda do muro de Berlim consagrou. Países do Centro e Leste europeu, antes sob a tutela política ou a influência estratégica da URSS, fizeram uma evolução muito rápida no sentido da sua integração nas estruturas euro-atlânticas, marcadas pela filosofia de um Ocidente que se reclamou como vencedor de ideias no saldo da Guerra Fria. Isso foi feito perante a mal disfarçada irritação de Moscovo, cuja impotência conjuntural de reacção lhe não permitiu mais do que prolongar influências históricas residuais, através do apoio a forças separatistas, no seio de alguns países que resultaram do desmantelamento da URSS.

Por seu turno, a pouco discreta e inédita acção americana nesse “near abroad” russo, que se pretendeu legitimada pela luta global contra o terrorismo, acabou por potenciar este mal-estar de Moscovo e, como consequência, agravou as clivagens dentro da OSCE, ferindo fortemente a sua operacionalidade. [2]

Não obstante o relativo impasse em que vive, a OSCE continua a revelar-se, no presente, como uma insubstituível plataforma de diálogo político internacional, com uma dimensão só suplantada pela ONU - ao juntar 56 países [3], que vão desde a América do Norte a toda a Europa e à Ásia Central.

Vale a pena destacar que a organização representa um espaço comum de compromissos perante um corpo bastante alargado de princípios (Direitos Humanos, estado de direito, minorias, etc.), ainda que fragilizado por alguma divergência na respectiva leitura, fruto da diversidade geopolítica e da diferenciada consistência democrática das instituições dos seus membros.

Como decorre do que antes se referiu, a OSCE acaba por ser, em si mesma, uma verdadeira estrutura de prevenção de conflitos, mostrando ser essa a sua vocação natural. Integrado no seu Secretariado, funciona um Centro de Prevenção de Conflitos (CPC) que promove uma monitorização constante das situações de tensão que se registam em todo o espaço geográfico da organização, gerindo o trabalho das “field missions” [4] existentes em vários países, onde se verificam situações preocupantes de fragilidade institucional, de potencial de conflito ou de dependência dos mecanismos de ajuda proporcionados pelas estruturas da organização. A experiência prova que estas estruturas no terreno têm funcionado, em alguns casos, como um importante factor diluidor de tensões e, não raramente, têm evitado a emergência de crises graves.

As missões OSCE articulam-se de forma muito positiva com estruturas que outras entidades de natureza internacional mantêm nas mesmas zonas (ONU, União Europeia, NATO), tendo a acção da organização uma vocação para também se conjugar operativamente com a actividade de outras organizações, como o Conselho da Europa, o Banco Mundial, o BERD, etc.

O PAPEL DA OSCE NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS

Se pensarmos que estamos perante uma organização que funciona obrigatoriamente por consenso (o qual abrange, necessariamente, os próprios países monitorados), perceber-se-á melhor a dificuldade que os respectivos mecanismos têm para conseguir influir de forma eficaz em certos processos nacionais ou regionais, alguns deles marcados por tensões de uma magnitude que supera a capacidade de acção da OSCE. [5]

Em síntese, poder-se-á concluir que:

-a OSCE é um excelente exemplo de uma estrutura de diálogo político que, não obstante todas as dificuldades históricas com que se confrontou, deu um admirável contributo à gestão pacífica do final da Guerra Fria e se mantém ainda hoje como a mais operacional estrutura de Prevenção de Conflitos na área euro-asiática;

- foi no seio da OSCE, em especial na sua Dimensão Político-Militar, que se desenvolveram e continuam a funcionar as mais eficazes e completas CSBM's [6] (medidas geradoras de confiança e segurança), elemento central em que assenta qualquer quadro de Prevenção de Conflitos;

- o trabalho de Prevenção de Conflitos na área OSCE continua a ser tanto mais relevante no quadro internacional quanto se verificou não ter sido possível instituir um modelo idêntico à escala global, aquando das recentes reformas na estrutura da ONU;

- o modelo OSCE de Prevenção de Conflitos tem virtualidades que recomendariam a sua adopção, com as adaptações requeridas, à acção de outras organizações políticas de natureza regional em áreas de conflito ou de risco, nomeadamente em África e na Ásia. [7]

** Francisco Seixas da Costa, Embaixador no Brasil.*

Foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e embaixador na ONU e na OSCE

[1] O Tratado sobre as Forças Convencionais na Europa (CFE) foi assinado em Paris, em 1990, tendo entrado em vigor em 1992. Considerado como um dos documentos mais importantes negociados no seio da OSCE - porque juridicamente vinculativo -, o Tratado CFE permitiu a destruição de mais de 60 mil peças de armamento, na sua grande maioria provenientes da antiga URSS e dos países do antigo Pacto de Varsóvia. Dada a necessidade da sua actualização, viria a ser assinado na Cimeira de Istambul, em 1999, o chamado Tratado CFE Adaptado, o qual, todavia, não entrou em vigor até hoje, por interpretações diversas no tocante a questões regionais que lhe aparecem associadas.

[2] Registe-se, a título de curiosidade, que a Presidência portuguesa na OSCE, em 2002, foi a última na história da organização que conseguiu fazer aprovar conclusões unânimes no seio da OSCE.

[3] Com a entrada do Montenegro, em 2006.

[4] Actualmente 18, com estruturas e mandatos muito diferenciados.

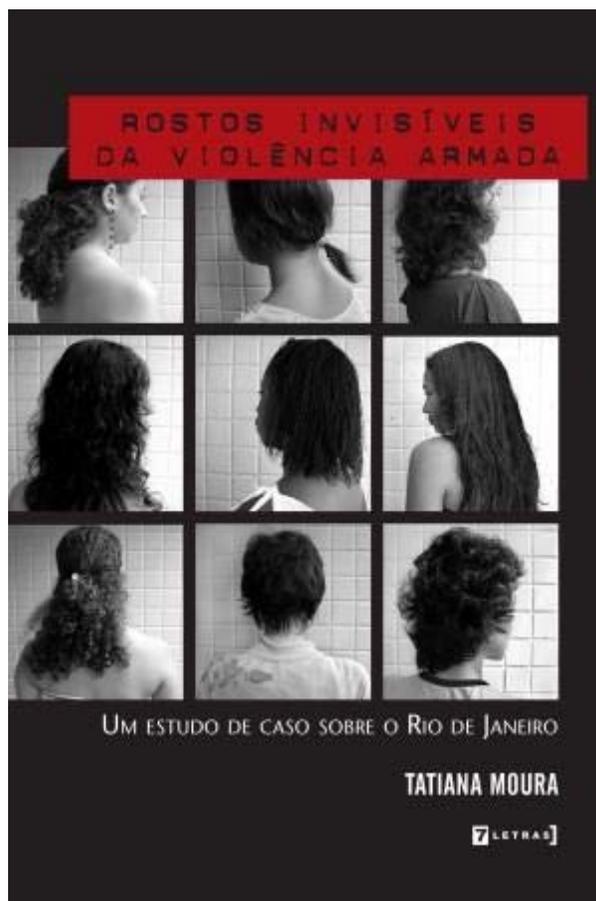
[5] A ex-Jugoslávia foi o exemplo mais patente, sendo que também o caso da Chechénia se revelou ilustrativo dos limites de capacidade interventiva da OSCE. Ver, a respeito da acção operacional da OSCE, Francisco Seixas da Costa (2006), "A OSCE e a Segurança Internacional", *Uma Segunda Opinião - Notas de Política Externa e Diplomacia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

[6] Sobre este assunto, ver Francisco Seixas da Costa (2003), "The OSCE Confidence and Security Building Measures", *Applicability of OSCE CSBM's in Northeast Asia Revisited*. Seoul: Institute of Foreign Affairs and National Security.

[7] O autor deste texto participou em seminários de divulgação sobre o modelo OSCE de Prevenção de Conflitos, realizados na República da Coreia (2003), na Jordânia (2003) e no Egito (2004), nestes últimos casos com vista ao estudo da sua possível aplicação à região mediterrânica e ao Médio Oriente.

Fazedores de P@xes

Tatiana Moura (2007), *Rostos Invisíveis da Violência Armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.



“Este livro - e a pesquisa que ele sintetiza - procuram desvendar um dos lados menos estudados da realidade da violência em escala urbana: o das diferentes faces do relacionamento entre mulheres e meninas e a violência armada. Sem surpresa, o que este estudo revela é o peso insuportável dessa invisibilidade: sendo estatisticamente pouco relevante, a condição das mulheres vítimas de violência armada torna-se socialmente ignorada. Daí à grande escassez de políticas públicas nesta matéria, ajustadas à especificidade da condição das mulheres, vai um pequeno passo.

O combate por políticas públicas que superem este grave deficit começa precisamente por um conhecimento mais rigoroso da realidade que dê visibilidade a rostos e factos que têm estado remetidos para a penumbra, simplificando e deturpando a realidade. Só assim se poderão desenhar séria e competentemente políticas de redução da violência armada que assumam um sentido inclusivo”.

José Manuel Pureza
NEP/CES

Estudos sobre a P@X

O dia 28 de Maio de 2006 marca a primeira reeleição presidencial na Colômbia, a mais antiga democracia latino-americana. Todavia, a normalidade e regular funcionamento do processo eleitoral escondem uma outra realidade: mais de 40 anos de conflito interno, das piores situações humanitárias do mundo e um quotidiano de violência e de sofrimento para uma larga maioria da população colombiana.

Se o primeiro mandato de Álvaro Uribe Velez foi marcado por alguns sucessos, nomeadamente no domínio económico e em termos da segurança nas cidades, há que salientar o falhanço das políticas e objectivos fundamentais a que se havia proposto em termos de resolução do conflito. Nos últimos anos, o conflito intensificou-se, sendo as perspectivas de sua resolução actualmente diminutas, apesar do processo em curso de desmobilização de alguns grupos paramilitares. Após a ruptura do processo de negociações em 2001, durante a administração Pastrana, a abordagem ao conflito de Uribe, marcada por uma clara política de confrontação com as guerrilhas e sustentada no apoio militar, político e estratégico de Washington, tão-pouco surtiu efeito.

Sendo notória a incapacidade da administração Uribe em encontrar o caminho da paz na Colômbia, há, no entanto, que realçar que esta se enquadra numa dificuldade histórica de resolução do conflito. Aos olhos de muitos analistas, a Colômbia constitui um *intractable conflict*, um conflito de longa duração, de grande complexidade e difícil resolução. [1]

Esta situação pode ser explicada por diversos factores:

Um primeiro dado a ter em conta prende-se com o facto do conflito colombiano ter na base causas profundas e estruturais que o sustentam. Não só os ecos da revolução cubana chegam para explicar a origem do conflito. Factores como uma estrutura socio-económica profundamente desigual, a histórica ausência de mecanismos de participação política e a cultura de violência que assola este país andino desde a sua fundação estão por detrás do conflito e seu prolongamento.

Outro factor central para o conflito e que condiciona a sua resolução, ainda que seja por vezes sobrevalorizado, prende-se com o narcotráfico. Emergindo fundamentalmente na década de 80, o narcotráfico iria contaminar toda a sociedade colombiana, bem como as diversas partes no conflito. Os laços desenvolvidos com os diversos actores armados permitiriam que grupos até então militarmente frágeis se financiassem e se fortalecessem grandemente, ao mesmo tempo que introduziam agendas económicas no conflito. Acabaria por se tornar um factor estruturante da violência na Colômbia e um dos elementos fundamentais para compreender o prolongamento e perpetuação do conflito num cenário pós-Guerra Fria.

Este difícil panorama torna necessário que se encontrem novas dinâmicas de resolução do conflito, que podem passar por novas políticas e, eventualmente, mesmo por uma nova abordagem ao conflito e sua resolução. A estratégia vigente veiculada por Bogotá e apoiada por Washington de tímidos apelos e estímulos à negociação, enquanto, através do Plano Colômbia e Plano Patriota, aposta no esmagamento das guerrilhas não tem mostrado ser o melhor caminho para a paz. Esta abordagem musculada ao conflito tem tido um contraponto em diversas iniciativas de *peacebuilding* de diversos outros actores da sociedade civil e da comunidade internacional. Neste quadro, particular importância têm assumido as acções da União Europeia (UE).

Não tendo a Colômbia, nem sequer a América Latina, como sua área de prioridade geográfica, a UE tem, no entanto, vindo a desenvolver políticas e iniciativas direccionadas para este país, que configuram uma abordagem europeia à resolução do conflito

União Europeia e Colômbia: em busca de caminhos alternativos de resolução do conflito?

Miguel Barreto

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos (FEUC)

colombiano. Esta abordagem assenta fundamentalmente em dois pilares: numa busca de uma solução política negociada e numa tentativa de visar as causas profundas do conflito. A busca de uma solução política negociada para o conflito tem sido desenvolvida no campo diplomático mediante esforços de mediação e facilitação. Estes situam-se especialmente no quadro dos Grupos de Amigos com as FARC e o ELN, dos quais fazem parte diversos estados-membros da UE, mas no âmbito dos quais a Comissão Europeia tem tido também algum relevo. Apesar da sua importância, têm sido, no entanto, processos infrutíferos, não apresentando grandes resultados, nem particular eficácia ou visibilidade da UE.

A procura de eliminação das causas e raízes profundas do conflito tem expressão sobretudo nas políticas de cooperação para o desenvolvimento da UE. Claramente orientadas no caso colombiano para a paz, têm sido veiculadas através de um conjunto de mecanismos e iniciativas, entre os quais figuram em primeiro plano os chamados Laboratórios de Paz, um novo e inovador instrumento de *peacebuilding* destinado a tentar criar condições sociais, económicas e culturais para a paz, a nível micro, de base.

A abordagem europeia à resolução do conflito colombiano configura, especialmente a este nível, aquilo que poder-se-á designar por uma tentativa de resolução estrutural do conflito. Inscrita numa lógica de longo prazo e numa concepção de paz positiva, visa atacar e eliminar o que considera serem as causas profundas do conflito, as estruturas que o sustentam. É uma perspectiva que atende e realça aspectos, como as desigualdades sociais, destacando-se desta forma de outras abordagens mais simplistas ou securitárias, que responsabilizam totalmente as guerrilhas pelo conflito. Inscreve-se na própria cultura de relacionamento da UE com as outras regiões do mundo e naquilo a que Stephan Keukeleire [2] apelida de uma diplomacia estrutural, a promoção de mudanças estruturais de longo prazo em regiões e estados, com base na transferência dos princípios ideológicos e de governação que caracterizam o sistema europeu.

Esta é necessariamente uma abordagem ambiciosa e de difícil aplicação. As estruturas socioeconómicas de um país estão ligadas a problemas profundos e complexos que, certamente, não se resolvem da noite para o dia. E os próprios meios com que a UE pode contribuir para tal, nomeadamente a cooperação para o desenvolvimento, são certamente limitados. Todavia, a importância dos elementos estruturais no conflito colombiano, como na generalidade das sociedades e conflitos latino-americanos, não pode ser descurada, nomeadamente na resolução de conflitos. Se a Colômbia tem sido fundamentalmente marcada nos últimos anos por uma abordagem securitária e assente no *hard power*, sem grandes resultados, até ver, em prol da paz, uma abordagem estrutural europeia assente no seu *soft power* poderá mostrar caminhos alternativos de resolução do conflito, num país que precisa desesperadamente de novas e imaginativas soluções. Resta saber se a UE terá capacidade ou vontade de o fazer e se os diversos actores do conflito colombiano estarão receptivos e poderão ser envolvidos por esta abordagem.

[1] Maiese, Michelle (2003), "Underlying Causes of Intractable Conflict", *Beyond Intractability*, University of Colorado, http://www.beyondintractability.org/essay/underlying_causes/ [30 de Abril de 2006]

[2] Keukeleire, Stephan (2003), "The European Union as a Diplomatic Actor: Internal, Traditional and Structural Diplomacy", *Diplomacy and Statecraft*, Vol. 14, Nº 3.

União Europeia e Colômbia: em busca de caminhos alternativos de resolução do conflito?

Miguel Barreto

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos (FEUC)

A TURQUIA E A CULTURA DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Apesar de ainda extremamente incipiente, a União Europeia tem vindo a desenvolver uma cultura de segurança comum assente nas ameaças e respostas expressas na Estratégia Europeia de Segurança, aprovada em finais de 2003. Estabilidade regional e 'multilateralismo eficaz' a nível internacional foram os dois caminhos apontados pelo documento. Foi este o contexto motivador do avanço de Bruxelas para várias missões no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), seis já finalizadas e nove ainda em operação. [1]

Um dos atractivos da adesão da Turquia à União Europeia diz respeito à sua capacidade militar, tida como um importante contributo no colmatar das limitações que os Estados membros até ao momento têm sentido. O argumento do peso militar, juntamente com a importância geopolítica, são apontados normalmente como dos mais importantes para a adesão de Ancara. A questão que se levanta é a de saber se a contribuição turca não poderá ser qualitativamente superior à actual, com uma eventual compatibilidade da sua cultura de segurança com a de Bruxelas.

Bruxelas e a sua cultura de segurança

A diferença entre uma estratégia e uma cultura de segurança reside no facto de esta última necessitar de uma estratégia, mas ser mais que isso. Envolve o desenvolvimento de práticas e de discursos contextualizáveis num determinado quadro conceptual de análise. Nesse sentido, podemos identificar duas dimensões inerentes à cultura de segurança europeia: uma dimensão interna e uma dimensão externa. A primeira pode ser entendida como um processo de harmonização de percepções e de identificação de ameaças e de respostas a essas mesmas ameaças. A segunda, a dimensão externa, constitui-se na imagem que a UE pretende transmitir de si, em larga medida através dos seus documentos e discursos: a imagem da comunhão de interesses, valores, normas, práticas e instituições entre os seus Estados membros.

A dimensão externa assenta em três pilares: relações civil-militares, percepção das ameaças e comportamento internacional. Relativamente ao primeiro dos três pilares, a questão prende-se, sobretudo, com o controlo político das questões de segurança. As forças armadas e de segurança apenas poderão cumprir devidamente o seu papel numa sociedade democrática quando sob a alçada do poder político. Estar fora do jogo da política, significará, neste sentido, estar fora do controlo dos cidadãos. Para a União Europeia a concepção de segurança estabelece-se sobretudo em relação aos seus cidadãos e não tanto em relação ao território. Assim sendo, falar em segurança apenas fará sentido se esta poder ser controlada por aqueles reconhecidos como o seu verdadeiro objectivo de referência. As ameaças definidas pela UE na Estratégia Europeia de Segurança [2] são igualmente determinantes na criação e na exportação dessa cultura de segurança. Permitem transmitir ao mundo as preocupações de Bruxelas de forma concreta, sem que com isso abandonem um certo grau de abstracção possibilitador de respostas que, indo além das políticas de curto-prazo, exijam uma linha de actuação coerente de longa-duração, isto é, uma cultura comum de segurança. Finalmente, o comportamento internacional da UE. Ao estabelecer a estabilidade regional e o multilateralismo eficaz como respostas às ameaças de segurança, a UE definiu o seu papel a nível internacional: estabilizador regional e promotor do multilateralismo a nível internacional. Em conjunto, estes três pilares definem os padrões que qualquer estado com perspectivas de aderir à UE deve garantir em matéria de segurança.

A Turquia e o realismo securitário

Será agora importante perceber qual o caminho percorrido pela Turquia no sentido do cumprimento dos três parâmetros atrás definidos. No que diz respeito às relações civil-militares, significativas têm sido as alterações efectuadas nos últimos anos. A UE tem, desde 1998, salientado a necessidade de a Turquia proceder a profundas reformas no seu sector de segurança extremamente fechado e controlado quase por inteiro pelas forças armadas turcas. Nesse sentido, entre 2001 e 2005 a Turquia levou a cabo reformas que terão de certa forma contribuído para uma maior 'democratização' das questões de segurança no país, nomeadamente, o retirar de poder ao Conselho de Segurança Nacional, órgão que por regra definia os contornos de actuação da Turquia em questões de segurança. Entre outras medidas, a composição do órgão foi redefinida, com os representantes governamentais a ficarem em maioria, e o peso quase legislativo das deliberações do Conselho foi igualmente revisto, aproximando-se do que tinha sido desenhado aquando da sua criação: um órgão de carácter consultivo.

Contudo, e apesar de serem reconhecidos os esforços efectuados, ainda se vislumbra um longo caminho a percorrer. São várias as questões institucionais ainda por resolver, nomeadamente o facto de o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas não ser responsável perante o Ministro da Defesa e de a Política de Defesa Nacional permanecer um documento secreto fora dos olhares do cidadão comum e mesmo de boa parte da classe política.

Para além das questões institucionais, há, no entanto, uma outra questão provavelmente mais complexa de mais difícil resolução relativamente ao peso informal das forças armadas na política turca. Lembradas ainda hoje como garante de independência no pós I Guerra Mundial, as forças armadas gozam de uma legitimidade conferida pela população turca em geral. Ao sentimento de ameaça constante inculcado nos cidadãos e derivado da constante instabilidade interna e externa que tem acompanhado a República Turca desde a sua assumpção como Estado independente, junta-se a percepção da classe política como corrupta e incompetente, em oposição às forças armadas capazes e íntegras. A essa legitimidade acresce a exclusividade do conhecimento em matéria de segurança. No contexto turco, a segurança não é identificada como fenómeno político, mas sim como uma questão técnica, que, como tal, deve ser gerida por quem é tecnicamente competente para o fazer. As questões de segurança são assim largamente definidas fora do sistema político. Apesar das alterações feitas recentemente, como a participação mais efectiva do governo na elaboração da Política de Segurança Nacional de 2005, mantém-se, de forma geral, o padrão de delimitação de competências previamente definido.

Relativamente à percepção das ameaças, a Turquia corrobora algumas das definidas por Bruxelas, nomeadamente, o crime organizado e o terrorismo. Contudo, não só tem uma visão bastante mais 'realista' quanto à forma de combater estas ameaças, como ainda inclui outras questões mais específicas: a nível interno, o separatismo curdo e o fundamentalismo islâmico, e a nível externo, o perigo proveniente dos seus vizinhos do Sul - Síria e Iraque -, bem como a Grécia, que apesar da notória melhoria no relacionamento continua a ser vista com cautela pela elite militar turca.

Apesar de a sua situação geográfica não ser favorável a uma visão menos 'securitizada', a Turquia parece querer afirmar-se igualmente como um foco de estabilidade regional.

Não só melhorou o relacionamento com países como o Irão ou a Síria, como tem tido um papel activo na tentativa de solução dos vários problemas do Médio Oriente. Ancara já propôs servir de mediador nas negociações relativas à energia nuclear entre Irão e UE e aquando da crise do Líbano esteve na linha da frente da missão de paz das Nações Unidas. Também ao nível da região do Mar Negro tem entrado em vários projectos de cooperação com os países da região. Multilateralismo e estabilidade regional são, assim, termos que também parecem pertencer ao léxico turco.

Ancara a caminho de Bruxelas?

Apesar de as diferenças entre Bruxelas e Ancara serem ainda significativas relativamente aos seus entendimentos de segurança, Ancara parece caminhar para um entendimento mais próximo do pretendido pela União Europeia. A nível interno, e apesar das inúmeras questões por resolver, a Turquia parece ter um sector de segurança cada vez mais democratizado. Em termos das ameaças reconhecidas como tal, para além de um consenso parcial com a UE, nota-se uma atitude por parte da Turquia em abordar determinadas questões, como a instabilidade no Médio Oriente, de forma mais construtiva que o isolacionismo que preferiu no passado. Esta atitude caminha no sentido do definido por Bruxelas em termos da sua actuação na esfera da segurança internacional.

Ancara tem sido, apesar dos obstáculos inicialmente impostos pela Turquia relativamente à activação da PESD, um parceiro activo nas missões de paz da UE e nada indica que deixe de o ser. Contudo, a Turquia pode ser mais do que isso, pode ser um factor determinante na afirmação da UE enquanto actor de estabilização e pacificação global. Será, no entanto, necessário que Bruxelas e Ancara comecem a falar a mesma língua em matéria de segurança.

[1] EUFOR e EUPM (polícia) na Bósnia, uma equipa de planeamento no Kosovo, EUPOL COPPS (polícia) e EU BAM (monitorização da fronteira em Rafah) na Palestina, EUJUT Lex (apoio ao reforço do Estado de Direito) no Iraque, EUPOL Kinshasa (polícia) na capital da República Democrática do Congo e a missão de apoio AMIS II no Darfur, Sudão.

[2] Crime organizado, terrorismo, proliferação nuclear, conflitos regionais e Estados falhados.

André Barrinha
Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos (FEUC)
e Visiting fellow na Universidade de Kent, Reino Unido

No sótão do NEP

Memória de Actividades do NEP

Publicações

Freire, Maria Raquel (2006), "A Revolução Laranja na Ucrânia: Uma Democracia a Consolidar", *Relações Internacionais*, IPRI, 12, 49-64.

Pureza, José Manuel *et al*, "[Peacebuilding and failed states: some theoretical notes](#)", *Oficina do CES*, nº 256, Julho de 2006.

Pureza, José Manuel (2006), "Dez anos de guerras e pazes: o velho, o novo e o novíssimo", *Janus 2007 Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL.

Pureza, José Manuel; Cravo, Teresa, "Critical edge and legitimisation in peace studies", in F. Ferrándiz and A. Robben (eds.), *Multidisciplinary perspectives on peace and conflict research. A view from Europe*. Bilbao: Universidad de Deusto/HumanitarianNet.

Cravo, Teresa (2006), "Os Estados Unidos e a União Europeia face ao conflito sudanês: convergências e divergências de interesses e estratégias", in Ricardo Miguéis (org.), *Europa, Estados Unidos e a Gestão de Conflitos*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 63-76.

Cravo, Teresa *et al*, "[The Role of External Development Actors in Post-Conflict Scenarios](#)", *Oficina do CES*, nº 258, Setembro de 2006.

Freire, Maria Raquel, (2006), "[Looking East: The EU and Rússia](#)", *Oficina do CES*, nº 261, Novembro de 2006.

Sílvia Roque e Alfredo Handem, "[Guiné-Bissau: a agonia controlada da paz](#)", *Público*, 1 de Fevereiro de 2007.

Actividades NEP

18 de Novembro de 2006

José Manuel Pureza participou na mesa redonda "[Os média e a mentira](#)", Colóquios do Porto *O Homem e a(s) mentira(s)*, SPP/IPP, Porto.

29 de Novembro de 2006

José Manuel Pureza participou no Painel sobre "[Cooperação e Desenvolvimento na Prevenção das Migrações Forçadas](#)", no VII Congresso do Conselho Português para os Refugiados (CPR), Lisboa.

21 de Dezembro de 2006

Katia Cardoso apresentou a comunicação "[A Diplomacia Cabo-verdiana e a Diáspora](#)" no I Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos - A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

16 de Fevereiro de 2007

Teresa Cravo apresentou a comunicação "[Processos de reconstrução pós-conflitos violentos](#)" no Curso de Formação de Oficiais do IESM, Lisboa

No sótão do NEP

Actividades NEP

17 de Fevereiro de 2007

Tatiana Moura apresentou a comunicação "[Women and armed violences: invisible faces of non-war contexts](#)" no seminário Gender and Collective Violence, na City University, London.

23 de Fevereiro de 2007

Mónica Rafael apresentou o seminário "[A Responsabilidade Social dos Media na Ajuda Humanitária e na Cooperação](#)", no Curso de Pós-Graduação e de Especialização em Ajuda Humanitária e Cooperação em Situações de Crise, Universidade Moderna, Lisboa.

23 e 24 de Fevereiro de 2007

José Manuel Pureza e Tatiana Moura coordenaram o curso de formação "[Violências na paz e na guerra](#)", organizado pelo Núcleo de Estudos para a Paz, CES (Coimbra).

2 de Março de 2007

José Manuel Pureza e Raquel Freire apresentaram as comunicações "[Do states fail or are they pushed? Lessons learned from three former Portuguese colonies](#)" e "[Ukraine in-between: Looking West while not Overlooking its Eastern Neighbour](#)", 48th Annual Convention, International Studies Association, Chicago, EUA.

7 de Março de 2007

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação "[Água: bem público ou privado](#)", no Ciclo de Conferências da Livraria Almedina na Universidade do Minho, Braga.

16 de Março de 2007

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação "[Negotiating Bolivian Water Privately](#)", no Seminário de Ciência Política do ICS, Lisboa.

Projectos NEP

Setembro 2006

Início do projecto [Mulheres e violências armadas. Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não guerra \(Rio de Janeiro, San Salvador e Medellin\)](#), financiado pela Fundação Ford.

Março 2007

Início do projecto [Rostos Invisíveis](#), uma parceria entre o NEP e o Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF), financiado pelo IPAD.

20 de Março de 2007

Workshop "[Ajuda e construção da paz em contextos de fragilidade institucional](#)", organizado pelo NEP e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau), em Bissau, no âmbito do projecto de investigação [Peacebuilding processes and state failure strategies](#).

24 de Abril de 2007

Reunião sobre '[Ajuda internacional e construção da paz em Angola](#)', em Luanda, no âmbito do projecto [Peacebuilding processes and state failure strategies. Lessons learned from former Portuguese colonies](#).